

História, concorram a tornar interessante para cada um de nós, o tempo Presente.

A Julius Meili, o mestre ilustre da numária brasileira e patrono da nossa cadeira, a nossa homenagem.

*

CAPISTRANO DE ABREU

Célio Debes

Diz-se de Capistrano que foi um mau colegial e um autodidata de mérito.

São duas afirmações verdadeiras que os três únicos ensaios biográficos a ele dedicados ressaltam e alguns detalham. Tem merecido destaque a anotação lançada no livro de matrículas do Seminário Episcopal do Ceará recomendando a seu pai “que o retirasse por algum tempo a fim de o emendar de sua preguiça e vadiação”. Em contraposição, se assinala seu apreço pela leitura, lazer que preferia aos folguedos. Sua trajetória pelas escolas, levou-o até os preparatórios para a Academia de Direito, empreendimento que o não empolgava. Mais empenhado em conhecer, em saber, do que em angariar títulos; rebelde às imposições que bitolavam o campo das indagações, reage às limitações dos currículos, ignorando-os, desestimando-os. Por isso, fracassa na busca, menos sua do que dos seus, de um lugar na Faculdade. A reação paterna vem na proporção da rusticidade do meio em que este vivia. Se não lograra êxito no Recife, seu lugar devia ser na faina diária do campo. A enxada passa a ser sua companheira, já que se não compatibilizara com os bancos escolares. A vicissitude, contudo, não o afasta dos livros, aos quais se entrega à noite, nas horas de repouso. Sua vocação se manifesta íntegra. Não almejava ser doutor, bastava-lhe ser douto, posto que sem presunção.

Do valor dessa dedicação à leitura, dá mostras ainda na adolescência. Vinculado aos integrantes do grupo a que se convencionou chamar “Academia Francesa” — e que, a par de estudar e discutir as obras de Comte, Darwin, Spencer e Littré, mantinha uma Escola Popular, “escola noturna destinada aos pobres e operários” (Capistrano de Abreu, **Ensaio e Estudos**, Rio, Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. 1ª Série, pág. 118) — dá início à sua produção intelectual. O campo dessas primeiras incursões foi o da crítica lite-

rária, em que se destacam a solidez de seus conhecimentos e a clareza de seu estilo.

De um contacto com José de Alencar, então no auge do prestígio político e de escritor, em visita à província natal, decorreu a ida de Capistrano para a Capital do Império. Na Corte, socorre-se de seu único cabedal, do fruto de suas leituras, e se dedica ao magistério privado e ao jornalismo, até o surgimento da oportunidade de lograr um emprego estável. Abre-se um concurso para oficial da Biblioteca Nacional, aprisco em que, desde sua vinda do Ceará, se homiziara para entregar-se ao alargamento de seus horizontes. Da disputa, sai vencedor, dissertando sobre iconografia, história, literatura, filosofia, geografia, bibliografia, paleografia, inglês, francês e latim !

Afrânio Coutinho, muito provavelmente, tenha atinado com o fator de êxito de Capistrano, ao assinalar que não é lícito “subestimar-se a influência do ensino secundário de humanidades, que recebeu no Colégio dos Educandos, do Padre Braveza, no Liceu e no Seminário Episcopal” (**Euclides, Capistrano e Araripe**. Rio, MEC, 1 959, pág. 23).

De fato, a despeito da rebeldia do estudante, os cursos de humanidades que freqüentou, forçosamente, devem ter-lhe marcado o espírito. Tanto que, como nota José Honório Rodrigues (“Explicação”, na 4ª ed. dos Capítulos de História Colonial, Rio, Sociedade Capistrano de Abreu, 1 954, pág. 12), “era um autodidata, mas, quem, lendo sua obra, sentirá esta formação ? Que contemporâneo jamais percebeu isto ? A surpresa estava em saber que ele não tivera uma direção superior, que ele mesmo dirigira seu caminho, tão bem que ninguém se apercebia”.

Durante sua permanência na Biblioteca Nacional, distinguiu-se como um dos organizadores da Exposição de História do Brasil, da qual decorreu a publicação do **Catálogo** das obras que compuseram a mostra, reputado “o maior monumento bibliográfico histórico brasileiro” (José Honório Rodrigues, Nota Liminar” à 2ª ed. de **O Descobrimento do Brasil**. Rio, Civilização Brasileira/MEC, 1 975, pág. X).

Mudada a direção da Biblioteca, incompatibiliza-se ele com o novo diretor. Assim, quando se vagou a cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II, decidiu-se a disputá-la. Elabora, então, **O Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI**. Carl von Koseritz, presente à defesa de tese, registra a situação constrangedora em que se viram enleados, na presença do Imperador, os dois examinadores, Matoso Maia e Moreira de Azevedo, sob a

presidência de Sílvio Romero. “Foi um verdadeiro exemplo — escreve o jornalista — de dois examinadores ignorantes e intelectualmente limitados, aos quais o examinando superava de longe, e que, por isto com ele se chocavam e se comprometiam a cada momento. Eles faziam as mais extraordinárias e, por vezes, mesmo, tolas objeções à tese do talentoso jovem, e via-se claramente como o Imperador se aborrecia com a incapacidade dos examinadores” (**Imagens do Brasil**. Tradução, prefácio e notas de Afonso Arinos de Melo Franco. S. Paulo, Martins, (1943). Biblioteca Histórica Brasileira, XIII. pág. 110). A Congregação reunida, aprovou-o por dezessete votos contra cinco. Face ao espanto de José Honório Rodrigues pela ocorrência das manifestações divergentes de, como ele os qualifica, “cinco pobres diabos”, é oportuno lembrar a observação de Koseritz a respeito de parcela apreciável do corpo docente daquele estabelecimento. “Conta com professores excelentes (...), mas a maior parte é da marca dos dois examinadores”!...

A tese, elaborada em 1883, é, na verdade, um exemplo de seriedade a ser seguido na fatura de obra histórica. Tirando a questão da prioridade na descoberta, disputada entre espanhóis, franceses e portugueses, inclinando-se Capistrano a favor dos primeiros, o livre é inigualável, no conceito de José Honório (op. cit., pág. XIII).

De 99, é o ensaio que, reunido a alguns outros, resultou no volume que lhe leva o nome: **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Dele afirma o autor da **Teoria da História do Brasil**, na “Nota Liminar” à 4ª ed. daquela obra, que constitui verdadeira rota nova na historiografia brasileira. (...) Com um só estudo renovava-se todo o espírito de nossa historiografia e se estimulava a investigação e o esclarecimento de uma zona nova desconhecida, abandonada” (pág. XII e XIII).

Integra esse volume o artigo em que, no **Jornal do Comércio**, do Rio, analisa “Os Guainás de Piratininga” do nosso Afonso de Freitas, sob o título “Os Guainases de Piratininga”. O antigo presidente do Instituto Histórico de São Paulo, a certa altura de seu trabalho escreve que “os termos Piratininga e Anhembi pertencem tanto ao idioma Nheengatu ou Brasília como aqueles (Tietê e Tamandateí) e se foram empregados pelos Guainás é porque outro não era o idioma falado por eles senão a língua geral ou tupi” (RIHGSP, 13, pág. 370). A essa ilação, observa Capistrano que, “posto nestes termos o debate pode eternizar-se estéril; cumpre descobrir o meio de feri-lo por outro lado, e felizmente existe”. E contrapõe àquele critério, todo um farto rol de citações

etnográficas, concluindo que “os Guaianases não falavam o tupi, os Guaianases moravam na Ilha Grande, no mediterrâneo dos Reis e adjacências. (...) Procurando nas cercanias da Ilha Grande índios estranhos à língua-geral, encontramos os Guarumumis, e não é temerário avançar que a si mesmos se chamavam assim os Guaianases”. E, dando azo ao sarcasmo com que carregava sua crítica, enfatiza que “trabalhar com índios não é fácil nem agradável; mas também não é das maiores áfricas: urge fazê-lo” (**Caminhos**, 4ª ed., cit., págs. 12 e 15).

Um dos desígnios mais antigos de Capistrano foi a elaboração de uma História do Brasil. “Quando, ainda no Ceará, concebia-a”, escreve ao amigo Barão de Studart. Seria de grande porte. Não a realizou, porém. “Parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias — confessa. Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte, e fui punido” (**Correspondência**, ed. org. e pref. por José Honório Rodrigues, Rio, INL, 1 954, I, pág. 178). O grande edifício planeado, com o tempo, ia perdendo em dimensão. “Cada ano levou consigo um lance ou um andar. A continuar mais tempo, ficaria reduzida a uma cabana de pescador”. Este era o castigo a que se referia. Em princípios deste século, dispunha-se a reeditar a **História Geral** de Varnhagen, precedendo cada qual dos três volumes que a comporiam de uma introdução, com cem páginas, sintetizando o período correspondente. “Se levar isto ao cabo, fica pronto o livro a que reduzi minhas ambições da **História do Brasil**, um volume do formato de um romance francês” (**Correspondência**, cit., pág. 162). Contudo, nem isso logrou executar. O empreendimento limitou-se ao “primeiro volume e suas introduções reduzidas a notas, comentários e identificações de fontes” (José Honório Rodrigues, “Explicação”, à 4ª ed. dos **Capítulos**, cit., pág. 12).

Por encargo oficial, o Centro Industrial do Brasil incumbiu-se de publicar um trabalho de divulgação de nosso país. Trata-se de **O Brasil. Suas Riquezas naturais. Suas indústrias**. Da obra em três volumes (Rio, M. Orosco & C., 1 907/1 909), figura, no primeiro, um bosquejo de nosso passado histórico abrangendo as três primeiras centúrias, escrito por Capistrano e intitulado “Breves Traços da História do Brasil”, que, no índice, aparece com a denominação de “Noções de História do Brasil até 1 800”. A incumbência que lhe haviam confiado abrangia, também, o século XIX, mas deixou de elaborá-lo. Primeiro, porque excedera, de muito, o prazo para a feitura do trabalho; segundo, porque, como confessava naquela carta a Studart: “conheço-o pouco e mal”. Seu escrípulo, no entanto, devia ter outra causa. O temor de não realizar a síntese criteriosa, que sempre norteou seus escritos, pois, o tema já lhe merecera a atenção. De fato, cerca de sete anos antes, inserira na **A Notícia**, de 1º de janeiro de

1 900, “O Brasil no século XIX”, posteriormente incluído na 3ª Série dos **Ensaio e Estudos**.

Os “Breves Traços”, que Capistrano pensou, com alternâncias de entusiasmo e desânimo, rever, corrigir, retocar, mas que jamais foram por ele mexidos e que, espantosamente, chegou a condenar, são os **Capítulos de História Colonial**. Essa obra, cujos méritos não cessa de reconhecer, é reputado “única, exemplar e modelar como síntese e como composição, um livro que respondia às incertezas, satisfazia as dificuldades, colhia, informava, concluía e resumia o que de melhor se sabia da nossa formação colonial. Não é um livro que se compara; é um livro que se distingue na historiografia brasileira, escrito numa linguagem simples, branda, enxuta, onde havia doutrina que persuadia, compreensão que se fazia perceber e novidade apertada, colhida na vastidão sem fim de suas pesquisas. Não acumulava fatos, mas com sua intuição compreendia os homens e suas atividades, tornando vivo o recontamento” (José Honório Rodrigues, “Explicação” à 4ª ed. dos **Capítulos**, cit., pág. 29).

O trabalho sistemático não encontra nele um afeiçoado. Por isso, o grosso de sua produção é representada pelos esparsos, que se vêm reunindo nos **Ensaio e Estudos**, que já atingem quatro séries. No entanto, estudos, ensaios ou simples artigos de imprensa, são todos escritos conscienciosamente redigidos, com os cuidados de quem zela pelo padrão intelectual de suas obras.

Explicando esta tendência de Capistrano, José Honório Rodrigues (op. cit., pág. 20), com base em carta dele a Studart, em que declara ter perdido o gosto de escrever, quando havia tanto para ler, conclui que “ele preferia ler e aprender a divulgar”.

Contudo, não foi um avaro. Não se limitou a acumular conhecimentos. Partilhou seu saber. De suas pesquisas, resultaram a identificação de Antonil no jesuíta italiano João Antonio Andreoni e a de Brandônio em Ambrósio Antonio Brandão, por exemplo, na elucidação de dois enigmas de nossa historiografia. De suas leituras em inglês e alemão, principalmente, nasceram as traduções, entre outras, das obras de Herbert H. Smith, **Do Rio de Janeiro a Cuiabá**; de Emílio Goeldi, **Os Mamíferos do Brasil** e as **Aves do Brasil**; de Sellin, **Geografia Geral do Brasil**; de J. E. Wappaeus, a primeira parte da **Geografia do Império do Brasil**.

A propósito destas duas últimas, consigna Calógeras (**Res Nostra...** S. Paulo, Irmãos Ferraz, 1 930, pág. 7) que Capistrano “presidiu à revolução de nossos processos de investigação” e que, a pretexto de traduzi-las,

“divulgou uma ciência inteiramente nova e mais ampla e melhor do que a dos originais”. Sellin mereceu-lhe uma apresentação na qual adverte que, no trabalho, “há de se notar a falta de um capítulo sobre antropogeografia” (José Aurélio Saraiva Câmara, **Capistrano de Abreu**. Tentativa Biobibliográfica. Prefácio de Djacir Menezes. Rio, José Olympio, (1 969). (Coleção Documentos Brasileiros, 136), pág. 131). Feito o reparo em 1 889, sustenta Calógeras que ele “foi um antropogeógrafo, antes da invenção do nome”.

Lingüista, deve-se-lhe o **Rã-txa-hu-ni-ku-i**: A Língua dos Caxinauas do Rio Ibuçu afluente do Muru (Rio, Typographia Leuzinger, 1 914), elaborada ao vivo, na convivência com um silvícola, vindo do Acre, a pedido seu, para esse fim. Daí aquela sua afirmação, por experiência própria, acerca dos percalços no trabalho com índios.

Outra faceta de sua obra, de suma valia, é a vultosa correspondência, organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, contida em três alentados volumes.

À exceção da Língua dos Caxinauas e da edição da 4ª Série dos **Ensaio e Estudos**, agora aparecida, por iniciativa sua, este historiador, sob o título geral de **Obras de Capistrano de Abreu**, promove a reedição de seus demais trabalhos.

A importância de João Honório Capistrano de Abreu na historiografia brasileira é posta em destaque por Calógeras, na homenagem que lhe tributou, postumamente, no Instituto Brasileiro. “Antes de Capistrano, — escreve — havia monografias históricas, crônicas mais ou menos interessantes, memórias e anais sem grande nexos e com escassa crítica, nem sempre objetiva, sem aproveitamento do material existente. (...) Com o mestre (...) aparecem virtudes novas, ou com mais relevo postas em destaque; o respeito ritual ao documento” (op. cit., pág. 7/8).

E, como a História é o documento, a nossa História tem em Capistrano o grande marco. Marco tanto mais notável se lembrarmos que esse reformador — do mesmo modo que Herculano, no cenário historiográfico de Portugal — não perlustrou bancos acadêmicos.